



ANÁLISE DAS DESPESAS DOS CENTROS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA: IMPLICAÇÕES PARA A GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR

TIAGO PINTO DA LUZ

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Email: tiagopintodaluz@hotmail.com

LEONARDO FLACH

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Email: leonardo.flach@gmail.com

LUÍSA KARAM DE MATTOS

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Email: luisakmattos@gmail.com

SÉRGIO ROBERTO PINTO DA LUZ

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Email: sergio.luz@ufsc.br

PEDRO ANTÔNIO DE MELO

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Email: pedro.inpeau@gmail.com

RESUMO

Essa pesquisa tem por objetivo analisar a relação entre o custo e o número de alunos em cada Centro de ensino superior da Universidade Federal de Santa Catarina. Como método de pesquisa, utilizou-se uma abordagem quantitativa para analisar os dados de toda a população da Universidade Federal de Santa Catarina. Os resultados da pesquisa demonstram um grande gasto com aluguel vindo dos *Campi* não localizados em Florianópolis. Além disso, a análise dos coeficientes de correlação demonstrou que a Universidade trabalha bem a quantidade de funcionário/aluno e a quantidade de material/aluno de cada Centro. Esse trabalho teve como objetivo analisar os gastos efetuados pelos Centros da UFSC, buscar a correlação entre eles e sugerir uma forma de reduzir tais gastos. Dentre os principais achados da pesquisa, consta o elevado gasto com aluguel que a instituição sofre por conta dos quatro *Campi* externos a Florianópolis. Além disso, há um alto custo com vagas sem ocupação, estimado em R\$ 31.898.066,48.

Palavras chaves: Despesas. Custo por aluno. Otimização de gastos. Gestão do ensino superior.

1. INTRODUÇÃO

As universidades são grandes centros de ensino que direcionam a formação das pessoas para uma determinada área do conhecimento e para uma profissão. É na Universidade que o indivíduo encontra um espaço para aprimorar e desenvolver valores relacionados à sua vida profissional e pessoal, bem como desenvolver a consciência crítica e o seu papel como cidadão.

A educação é fundamental para o desenvolvimento de um país. O papel da Universidade para a educação é reconhecido por todos na sociedade, pois é responsável pela transmissão de conhecimento. No caso do Brasil, um país onde é possível observar grandes diferenças de condições sociais e econômicas, a educação é prioritária para que ocorra o seu crescimento. Felizmente, nos últimos anos observou-se um aumento na demanda e crescimento das instituições de ensino, porém ainda faltam estudos e pesquisas sobre o custo por aluno e sobre as despesas das universidades a fim de verificar se esse crescimento é realmente positivo.

Após a década de 1990, as universidades têm sido confrontadas com o desafio de aprimorar e qualificar cada vez mais seus instrumentos de gestão (LUZ, 2016). Com uma análise mais aprimorada dos dados obtidos, será possível melhorar e focar tais instrumentos onde é realmente necessário.

Conforme demonstrado por Luz (2016), em 1980, apenas nos cursos de graduação tínhamos um total de 9.723 alunos, enquanto em 2015 temos 27.156 alunos matriculados. Isso demonstra um aumento médio no número de alunos de 2,65% por ano apenas na graduação.

Com esse aumento no número de alunos frequentando a universidade, torna-se necessário refletir sobre o impacto que isso causa nos custos da instituição. Segundo o relatório de gestão do ano de 2016 da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, o custo aluno, sem o Hospital Universitário, daquele ano foi de R\$ 21.895,34.

Tendo isso em mente, surge a seguinte pergunta norteadora dessa pesquisa: qual é a relação entre o custo e o número de alunos em cada Centro de ensino superior da Universidade Federal de Santa Catarina? Nesse sentido, esta pesquisa tem por objetivo analisar a relação entre o custo e número de alunos em cada Centro de ensino superior da Universidade Federal de Santa Catarina.

Esta pesquisa tem importante valor teórico e prático, pois com a análise dos relatórios emitidos pela UFSC será possível desenvolver modelos de gestão para melhor avaliar o custo por aluno da universidade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação superior teve seu ápice na Europa entre os séculos XI e XII, com a criação das universidades de Bolonha, Oxford, Paris e Salamanca, na Itália, Inglaterra, França e Espanha, respectivamente, e que foram consideradas as primeiras instituições formalmente criadas no mundo ocidental (MELO *et al.*, 2011).

Charles e Verger (1996) advogam que no momento de sua criação, as universidades tinham como principal função fornecer pessoal qualificado para suprir as necessidades da Igreja, seja como mestres das escolas capitulares, pregadores ou bispos. O Papa tinha controle e poder sobre as universidades, e havia destinado a cada uma delas uma função ideológica: o ensino deveria conter a ilustração da fé e da defesa da ortodoxia. Mesmo assim, tão grande foi o destaque assumido pelas instituições universitárias que, mesmo sob a tutela da igreja católica – que exercia controle sobre as pessoas naquele período - elas estavam cada vez mais sendo requisitadas pelas cidades e pelo Estado. O interesse crescente devia-se ao fato de elas formarem intelectuais letrados e juristas competentes para suprir necessidades

administrativas. Entretanto, a expansão da educação superior por meio da Universidade manteve-se em processo de estagnação por um longo período. Cerca de 300 anos depois de sua criação, existiam apenas 60 instituições ativas na Europa, e nem todos os países se beneficiaram do sistema, porquanto o monopólio do conhecimento estava nas mãos da Inglaterra, Portugal, França Itália e Polônia (MELO *et al.*, 2011).

Até o Século XVI, de acordo com Schlemper Júnior (1989), a Espanha possuía oito universidades famosas em toda a Europa, enquanto que em Portugal apenas Coimbra mantinha-se solitária, porém em destaque. Foi apenas no Século XVI que a instituição universitária começou a firmar-se fora da Europa, dando origem às universidades de São Domingos (1538), a primeira instituição do novo mundo, e a do México (1551) (MELO *et al.*, 2011).

Na América do Norte, as primeiras universidades apareceram sob a forma de colégios que atendiam os interesses locais: formar pastores e administradores para suprir as necessidades das colônias inglesas. Estavam entre os primeiros colégios: Harvard (1636), Williamsburg (1693) e Yale (1701) (CHARLES; VERGER, 1996).

De acordo com Schlemper Junior (1989), o Brasil manteve-se, até o início do Século XIX, sem qualquer tipo de instituição de ensino superior. Foi apenas com a chegada da família real portuguesa, em 1808, que se estabeleceram as primeiras escolas superiores. Surgiram as Escolas de Medicina, de Engenharia e Artes Militares e as Academias Militar e da Marinha (MELO *et al.*, 2011).

A Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi criada em 1920, a partir da aglutinação das Faculdades de Medicina, da Escola Politécnica do Rio de Janeiro e da Faculdade Livre de Direito. Teve como objetivo outorgar o título de doutor *Honoris Causa* ao Rei da Bélgica, e em seguida foi fechada. Outras experiências já haviam ocorrido no passado como a Universidade de Manaus, em 1909, e do Paraná, em 1912, mas não puderam se consolidar em função da lei vigente (MELO *et al.*, 2011).

Com a criação da USP, em 1934, consolida-se a instituição universitária brasileira. A USP foi a primeira instituição a atender às normas estabelecidas pelo Estatuto das Universidades. Em 1935, foi criada a Universidade do Distrito Federal, que funcionou somente até 1939, sendo incorporada posteriormente à Universidade do Brasil (ROMANELLI, 1978).

Na sequência aparecem as Pontifícias Universidades Católicas – PUC, e no ano de 1954, o Brasil já contava com 16 universidades. De 1955 a 1964 foram criadas mais 21 universidades, e neste período ocorre o processo de federalização do ensino superior brasileiro (CUNHA, 2007). No final dos anos 60, o Brasil possuía 41 universidades públicas e 22 particulares. Desde a década de 70, o sistema privado já havia assumido uma posição de destaque e absorvia cerca de 70% dos alunos de nível superior, enquanto o sistema público, incluindo universidades e estabelecimentos isolados, apenas 30% (SCHLEMPER JÚNIOR, 1989).

A Universidade, pelo seu prestígio, e conforme analisa Rossato (2005), tornou-se uma instituição universal, e até o final da segunda metade do Século XX já havia sido implantada em pelo menos 167 países. O Século XX universalizou a Universidade, haja vista que em 1900 existiam 626 universidades, enquanto que ao final desse século, chegou-se ao número de 3.500; número esse que continua em crescimento. Outro dado para efeito de comparação, é o número de alunos. Na década de 50, havia no mundo 6,5 milhões de estudantes universitários, e em 1997, 88,2 milhões. Considerando os dados da UNESCO, estima-se que no ano 2000 o número dos universitários de todo o mundo aproximava-se dos cem milhões e para 2007, cerca de 140 milhões de estudantes (MELO *et al.*, 2011).

Nas décadas de 60 e 70, as universidades públicas se expandiram rapidamente, não havendo nenhum outro projeto de expansão de destaque até o final dos anos 90. Contudo,

nesse mesmo período, e especialmente a partir da Lei de Diretrizes de Base de 1996, a rede privada regida por leis de mercado se expandiu, principalmente nas áreas de maior concentração populacional das regiões Sul e Sudeste (MEC, 2014).

Assim como no Brasil, a explosão das matrículas em nível mundial vem acompanhada de uma série de fatores que contribuíram para o crescimento da educação superior no período recente. Rossato (2005) destaca a chegada da classe média na Universidade, a explosão demográfica, a expansão do ensino secundário e o ingresso da mulher na Universidade. A chegada da classe média à Universidade ocorre especialmente nos países onde o desenvolvimento econômico foi maior. A Universidade transforma-se em um meio de garantir o *status quo*, ou de ascender a novos papéis e funções criadas pela sociedade moderna. No que diz respeito à explosão demográfica, a América Latina e a África se sobressaem, e a luta por maior empenho dos poderes públicos para ampliar as vagas no ensino superior tem sido grande. Ainda nesse sentido, a expansão do ensino secundário tem se revelado um agente determinante na criação de demanda potencial e real por vagas no terceiro grau (MELO *et al.*, 2011).

2.1. GESTÃO ADMINISTRATIVA E ESTRATÉGICA

Gestão, para Andrade & Amboni (2007, p. 8), é “a arte de liderar pessoas e de gerir recursos escassos e valiosos dentro e fora das organizações”. É o “processo de planejar, organizar, dirigir e controlar a aplicação dos recursos organizacionais de maneira eficiente e eficaz.” (CHIAVENATO, 2004).

Drucker (2002) define a gestão como um trabalho específico que envolve planejar, organizar, ajustar, medir e formar pessoas. Na concepção do autor (2002), “toda organização precisa de gente – administradores – que se encarreguem do trabalho específico de sua administração: planejar, organizar, ajustar, mensurar e, com relação ao seu pessoal, formá-lo”.

A administração sempre leva em consideração os objetivos organizacionais a serem alcançados. No fundo, a administração é um complexo processo de tomar decisões a respeito de recursos e objetivos a serem alcançados. A finalidade desse processo é buscar o alcance de objetivos por meio da utilização de recursos (CHIAVENATO, 2004).

Gestão Estratégica é definida por Daft (2006, p. 172) como o conjunto de decisões e ações usadas para “formular e implementar estratégias que proporcionarão uma adequação competitivamente superior entre a organização e seu ambiente para ela poder alcançar as metas organizacionais”.

Costa (2007, p. 56) define gestão estratégica como o processo sistemático, planejado, gerenciado, executado e acompanhado sob a liderança da alta administração da instituição, envolvendo e comprometendo todos os gerentes e colaboradores da organização. Quanto à finalidade, a gestão estratégica visa assegurar o crescimento, a continuidade e a sobrevivência da instituição por meio da adaptação contínua de sua estratégia, da sua capacitação e da sua estrutura, possibilitando-lhe enfrentar as mudanças observadas ou previsíveis no seu ambiente externo ou interno, antecipando-se a elas.

2.2. ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Segundo o Artigo 52º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Universidades são “[...] instituições multidisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano”. E devem se caracterizar por meio da: “Produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional” (BRASIL, 1996, p. 16).

Segundo Colombo (2011), a partir da reforma do Estado Brasileiro, as reformas da educação superior empreendidas na década de 1990 foram uma tentativa de promover esse movimento no cenário da educação superior, reorganizando seus processos de trabalho e de gerenciamento, criando novos parâmetros para a expansão e desenvolvimento do sistema.

Segundo Chauí (2003) a organização difere de uma instituição por definir-se por uma prática social determinada por sua administração (práticas de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito), não discute ou questiona sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, o que para a instituição social universitária é crucial. A instituição social aspira à universalidade, já a organização sabe que sua eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade, significando que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares.

Chauí (2003) define alguns pontos para uma mudança da universidade pública pela perspectiva da formação e da democratização: tomar a educação superior como um direito do cidadão (na qualidade de direito, ela deve ser universal); definir a autonomia universitária não pelo critério dos chamados “contratos de gestão”, mas pelo direito e pelo poder de definir suas normas de formação, docência e pesquisa; desfazer a confusão atual entre democratização da educação superior e massificação; revalorizar a docência; valorizar a pesquisa nas universidades públicas exigindo políticas públicas de financiamento e estabelecendo não só as condições de sua autonomia e as condições materiais de sua realização, mas também recusando a diminuição do tempo para a realização dos mestrados e doutorados; adotar uma perspectiva crítica muito clara tanto sobre a ideia de sociedade do conhecimento quanto sobre a de educação permanente, tidas como ideias novas e diretrizes para a mudança da universidade pela perspectiva da modernização.

Santos e Almeida Filho (2008) explicam que as universidades se defrontam com três crises. A crise de hegemonia resultava das contradições entre as funções tradicionais da universidade e as que ao longo do século XX lhe tinham vindo a ser atribuídas. De um lado, a produção de alta cultura, pensamento crítico e conhecimentos exemplares, científicos e humanísticos, necessários à formação das elites de que a universidade se tinha vindo a ocupar desde a Idade Média europeia. Do outro, a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos instrumentais, úteis na formação de mão de obra qualificada exigida pelo desenvolvimento capitalista. A incapacidade da universidade para desempenhar cabalmente funções contraditórias levava o Estado e os agentes econômicos a procurar fora da universidade, meios alternativos de atingir esses objetivos. Ao deixar de ser a única instituição no domínio do ensino superior e na produção de pesquisa, a universidade entrara numa crise de hegemonia. A segunda era a crise de legitimidade provocada pelo fato de a universidade ter deixado de ser uma instituição consensual em face da contradição entre a hierarquização dos saberes especializados através das restrições do acesso e da credenciação das competências, por um lado, e as exigências sociais e políticas da democratização da universidade e da reivindicação da igualdade de oportunidades para os filhos das classes populares, por outro. A terceira crise era a institucional que resultava da contradição entre a reivindicação da autonomia na definição dos valores e objetivos da universidade e a pressão crescente para submeter essa última a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social.

Santos e Almeida Filho (2008) afirmam que o único modo eficaz e emancipatório de enfrentar a globalização neoliberal é contrapor-lhe uma globalização alternativa, uma globalização contra-hegemônica. Significa que as reformas nacionais da universidade pública devem refletir um projeto de país centrado em escolhas políticas que qualifiquem a inserção do país em contextos de produção e de distribuição de conhecimentos cada vez mais

transnacionalizados e cada vez mais polarizados entre processos contraditórios de transnacionalização, a globalização neoliberal e a globalização contra-hegemônica. Esse projeto de país tem de resultar de um amplo contrato político e social desdobrado em vários contratos setoriais, sendo um deles o contrato educacional e, dentro dele, o contrato da universidade como bem público. A reforma tem por objetivo central responder positivamente às demandas sociais pela democratização radical da universidade, pondo fim a uma história de exclusão de grupos sociais e seus saberes de que a universidade tem sido protagonista ao longo do tempo e, portanto, desde muito antes da atual fase de globalização capitalista.

Santos e Almeida Filho (2008) sugerem princípios orientadores para a reforma da universidade pública, entre os quais, enfrentar o novo com o novo; a universidade tem de estar segura que a reforma não é feita contra ela; só há universidade quando há formação graduada e pós-graduada, pesquisa e extensão; a luta pela legitimidade vai assim ser cada vez mais exigente e a reforma da universidade deve centrar-se nela. São cinco as áreas de ação nesse domínio: acesso; extensão; pesquisa-ação; ecologia de saberes; universidade e escola pública. É crucial que a comunidade científica não perca o controle da agenda de pesquisa científica, no entanto a responsabilidade social da universidade tem de ser assumida pela universidade, aceitando ser permeável às demandas sociais, sobretudo àquelas oriundas de grupos sociais que não têm poder para se impor. O Estado deve dotá-las de meios financeiros adequados e autonomia para que a universidade possa assumir plenamente sua responsabilidade social. A reforma institucional proposta pelo autor visa fortalecer a legitimidade da universidade pública num contexto da globalização neoliberal da educação e com vista a fortalecer a possibilidade de uma globalização alternativa; criação de rede, democratização interna e externa, avaliação participativa.

Segundo Colombo (2011) o MEC confundiu seu papel de norteador, coordenador e supervisor com o papel de único controlador da política educacional. As mudanças no sistema de avaliação com a criação do Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos (IGC) distorceram o Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE). O SINAES previa um processo participativo, em que a Comissão Própria de Avaliação (CPA) exercia um papel relevante.

O Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) foi instituído pelo Decreto Presidencial nº. 6.096, de 24 de abril de 2007. O REUNI foi um programa de ampliação física e reestruturação pedagógica do sistema federal de educação superior, lançado pelo MEC como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação. Concebido para duplicar a oferta de vagas públicas no ensino superior, com um orçamento de sete bilhões de reais a serem aplicados em cinco anos, é seguramente o mais ambicioso programa dessa natureza já tentado no Brasil (ALMEIDA FILHO, 2008).

Segundo Junckes (2015, p.41), (...) as instituições universitárias defrontam-se com o desafio de se estruturarem de maneira a potencializarem a sua capacidade de autogestão, mantendo o foco nas reais necessidades da população. Nesse contexto, o investimento em formação continuada é fundamental para que se tenha mais clareza sobre a situação social e histórica em que estão inseridas as instituições universitárias no século XXI e se possa ir além das concepções, relações e práticas subservientes ao capitalismo, implementando formas organizacionalmente viáveis que possibilitem verdadeiramente uma educação emancipadora.

Os financiadores das atividades das IFES são divididos entre aqueles diretamente arrecadados, chamados recursos próprios, provenientes de convênios/contratos com organismos públicos e/ou privados, e os oriundos das outras fontes, como impostos, taxas, contribuições etc., denominados recursos do Tesouro Nacional. Os recursos próprios provêm de prestação de serviços pelas diversas unidades da instituição, prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS) pelos hospitais universitários (HUs), taxas internas, aluguéis, doações, receitas resultantes de aplicações no mercado financeiro, etc. (AMARAL, 2003).

3. METODOLOGIA

Os dados dessa pesquisa foram retirados do banco de dados da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo alguns dos relatórios de gestão enquanto outros foram encontrados apenas nas páginas de cada Centro.

Para se alcançar o número de custo por aluno individual do Centro foi necessário dividir as despesas totais do Centro pelo número de alunos matriculados no mesmo. Afinal, a UFSC não divulga esse valor por Centro, e sim para toda universidade. No cálculo demonstrado pela instituição, entraria gastos alheios aos Centros, como o Hospital Universitário e a Reitoria.

Segundo Flach (2011), a contabilometria transcreve um problema real para uma linguagem matemática, de forma que ele possa ser melhor analisado. Com a utilização de softwares adequados é possível criar simulações e previsões que irão auxiliar na tomada de decisão. Para obter o resultado ideal é necessária a criação de um modelo onde são identificadas as variáveis que influenciarão no sistema.

A contabilometria pode ser utilizada para beneficiar diversas áreas (FLACH, 2011), incluindo as universidades. Um exemplo que podemos citar é o estudo realizado por Magalhães e Andrade (2006), que utilizaram de regressão múltipla e correlação linear de Pearson para analisar a variação do desempenho acadêmico dos alunos do curso de Ciências Contábeis. Com isso, Magalhães e Andrade (2006) observaram que as variáveis idade e sexo comportam-se como melhores preditores de desempenho na disciplina Contabilidade Introdutória, do que em relação ao desempenho do primeiro semestre do curso. Da mesma forma foi percebido que a variável desempenho no vestibular não contribuiu para explicar o desempenho no primeiro semestre.

Esta pesquisa foi formatada com abordagem quantitativa, com uso de estatísticas descritivas e análise de correlação. A amostra desta pesquisa consiste nos dados financeiros da Universidade Federal de Santa Catarina.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta pesquisa foram analisados, para cada Centro, as seguintes variáveis: o número de alunos matriculados na graduação, o saldo de bens móveis, o número de funcionários e o valor de despesa do Centro por aluno. O intuito inicial seria utilizar o custo por aluno da graduação. Todavia, a UFSC divulga apenas o valor total desse custo, cálculo onde entram todos os gastos da instituição, como o Hospital Universitário e a Reitoria.

Para separar por Centro, foram utilizadas apenas todas as despesas do Centro no período, e dividido pelo número de alunos que estudavam na graduação no determinado Centro. O estudo também tinha a intenção de ser realizado ao longo do tempo, porém não foi divulgado o número de funcionários de outros anos.

Os dados coletados nesta pesquisa, para analisar os custos universitários, constam na tabela 1.

Tabela 1: custo por aluno, número de alunos matriculados, número de funcionários, valores financeiros do total de bens móveis, e despesas totais por centro de ensino.

Centros	Custo por Aluno	Matriculados	N ° de Funcionários	Bens Móveis	Despesas Centro
1 - Araranguá	1.472,84	1.065,00	120,00	2.201.834,73	1.568.575,66

2 - Blumenau	5.751,57	518,00	132,00	1.873.662,46	2.979.311,10
3 - Centro de Ciências Agrárias	728,46	1.355,00	206,00	6.637.790,22	987.065,58
4 - Centro de Ciências Biológicas	815,83	797,00	261,00	13.987.988,36	650.212,85
5 - Centro de Ciências da Educação	298,32	1.001,00	402,00	3.646.993,12	298.617,61
6 - Centro de Ciências da Saúde	237,99	2.613,00	514,00	12.781.879,85	621.858,07
7 - Centro de Física e Matemática	224,96	1.186,00	260,00	14.057.919,70	266.806,65
8 - Centro de Ciências Jurídicas	169,96	989,00	71,00	1.065.138,71	168.087,48
9 - Centro de Ciências Rurais (Curitibanos)	2.121,74	875,00	106,00	4.264.936,00	1.856.521,61
10 - Centro de Comunicação e Expressão	264,08	2.618,00	333,00	7.627.985,24	691.354,59
11 - Centro de Desportos	769,72	524,00	56,00	2.239.541,96	403.331,63
12 - Centro de Filosofia e Humanas	220,39	2.390,00	325,00	6.414.325,97	526.733,29
13 - Centro Socioeconômico	76,14	3.533,00	220,00	2.652.604,05	269.017,96
14 - Centro Tecnológico	138,97	6.173,00	561,00	42.804.059,36	857.872,05
15 - Centro Tecnológico de Joinville	3.617,13	1.519,00	142,00	2.558.794,29	5.494.413,92

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

Ao observar os dados apresentados, é possível notar que o Centro com maior número de funcionários e maior número de alunos é o Centro Tecnológico. Segundo LUZ (2016), o Centro Tecnológico é o Centro de Ensino com maior número de vagas oferecidas anualmente, correspondendo a 1.112 novas vagas, ou seja, 16,77% das vagas da Instituição. Isso é necessário, uma vez que o Centro Tecnológico possui 15 cursos de graduação.

Mesmo apresentando uma elevada quantidade de Bens Móveis, o Centro Tecnológico não apresenta o maior Custo por Aluno. Fato ocorre devido ao elevado número de alunos que são utilizados no cálculo para diluir as despesas.

Outro fato muito interessante é o elevado custo do Centro Tecnológico de Joinville e o de Blumenau. Como ambos os *Campi* possuem um baixo número de alunos matriculados, isso

impacta em um altíssimo valor de custo/aluno. Segundo a página de cada um desses Centros, isso é causado devido à falta de imóveis próprios da Universidade nessas cidades, sendo necessário alugar um espaço para esses Centros operarem. O Centro Tecnológico de Joinville tem um gasto superior a R\$ 4.000.000,00 apenas com alugueis. E algo muito similar ocorre no campus de Blumenau, que possui um valor de aluguel que também supera 70% das suas despesas totais.

Como apresentado na tabela 2, o número médio de alunos matriculados é de 1.810 alunos por Centro da UFSC. Porém, esse valor apresenta grande distanciamento do mínimo e do máximo, mostrando a grande dispersão dos Centros de Ensino. Observa-se que há Centros com grande número de cursos, e há também Centros com grande número de alunos, como o Centro Tecnológico (CTC), que possui 6.173 alunos. Há situações como o Centro de Blumenau, que além de incorrer em um elevado custo, possui apenas 518 alunos matriculados – o que acarreta no alto valor de custo/aluno nesse local.

Um resumo desses dados estatísticos da Universidade Federal de Santa Catarina consta na tabela 2.

Tabela 2: Estatísticas Descritivas

Variável	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
Custo/Aluno	1127,2	298,32	76,144	5751,6
Matriculados	1810,4	1186	518	6173
Nº de Funcionários	247,27	220	56	561
Bens Móveis	8.321.000,00	4.264.900,00	1.065.100,00	42.804.000,00
Variável	Desvio Padrão	C.V.	Enviesamento	Curtose Ex.
Custo/Aluno	1602,1	1,4213	1,9565	2,8409
Matriculados	1498,3	0,82758	1,7889	2,7825
Nº de Funcionários	155,35	0,62828	0,6808	-0,54551
Bens Móveis	10.533.000,00	1,2658	2,5184	5,8699
Variável	Intervalo Interquartilico	Observações ausentes		
Custo/Aluno	1252,5	0		
Matriculados	1738	0		
Nº de Funcionários	213	0		
Bens Móveis	10.542.000,00	0		

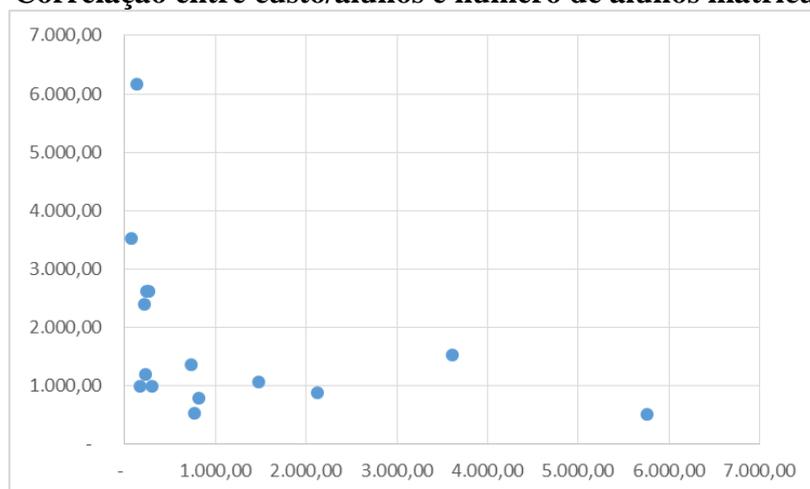
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

Também é possível observar que se removidos da amostra os quatro *Campi* que não estão localizados em Florianópolis, o custo por aluno cai para R\$ 358,62 – hoje a média é de

R\$1.127,20. Esse fato comprova o quanto esses Centros são extremamente onerosos para a Universidade Federal de Santa Catarina.

Ao se calcular o Coeficiente de Correlação de Pearson (r), com o intuito de analisar a correlação entre o Custo/Alunos e o número de alunos matriculados, calculou-se um coeficiente de 0,52, mostrando uma correlação positiva e moderada entre ambos os índices, tal como demonstrado no gráfico 1.

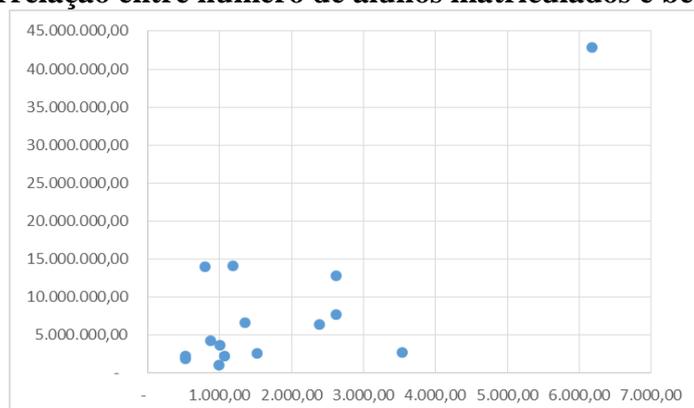
Gráfico 1 – Correlação entre custo/alunos e número de alunos matriculados



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

O mesmo foi analisado, porém na forma gráfica, com intuito de buscar se o número de alunos matriculados causa impacto nos bens móveis. Partiu-se da hipótese que o aumento do número de alunos está positivamente associado com o aumento dos valores em móveis. Constatou-se uma correlação de Pearson de 0,77. No gráfico 2 é possível observar o gráfico de dispersão relativo a essa forte correlação.

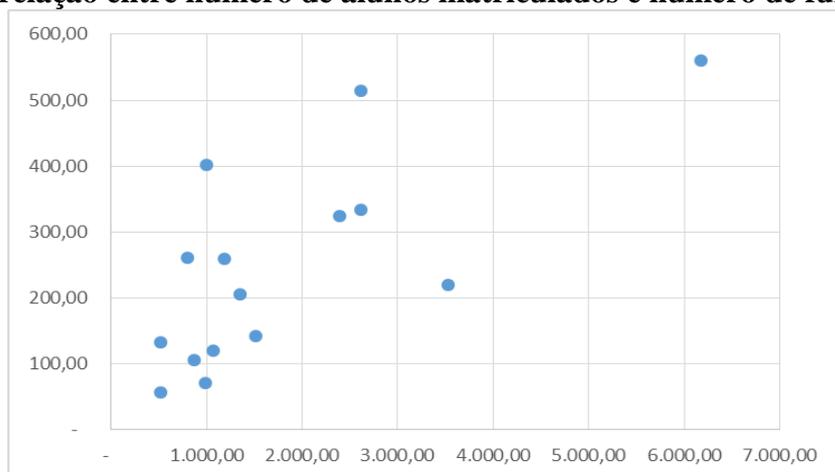
Gráfico 2 – Correlação entre número de alunos matriculados e bens móveis



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

Também foi encontrada uma forte correlação entre o número de alunos matriculados com o número de funcionários. O resultado calculado foi de um coeficiente de Pearson de 0,71, indicando uma forte correlação. Como houve baixos valores de x para baixos valores de y e altos valores de x para altos valores de y , é possível afirmar a existência de uma correlação positiva entre o número de alunos matriculados nos Centros e o saldo de bens móveis. Porém, ao efetuar a mesma análise na relação de número de alunos x número de funcionários temos o seguinte gráfico 3 de dispersão:

Gráfico 3 – Correlação entre número de alunos matriculados e número de funcionários



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

Ao observarmos o gráfico de correlação de alunos, notamos uma correlação mais forte do que a demonstrada no gráfico anterior. Com isso, um Centro com mais alunos é um Centro também com mais funcionários.

Diante dos dados expostos, pode-se realizar uma análise de forma geral dos cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Com relação ao número de vagas oferecidas, observa-se que o Centro Tecnológico é o Centro de Ensino com o maior número de vagas oferecidas anualmente, correspondendo a 1.112 vagas, ou seja, 16,77% das vagas da Instituição. O Centro Socioeconômico é o segundo Centro de Ensino com mais vagas ofertadas, com 780 novas vagas anuais.

No âmbito dos cursos de graduação com mais vagas ofertadas, observa-se que o curso de Administração é o que apresenta maior número de vagas, com 200 novas vagas anuais. Em seguida, com 180 novas vagas anuais, estão os cursos de Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Direito.

A quantidade de alunos matriculados na Universidade aumentou de 17.816 para 27.156 alunos no período de 2006 a 2015. Esse aumento representa 52,44% de alunos matriculados em 10 anos.

Diretamente relacionado às vagas oferecidas anualmente, o Centro Tecnológico é o Centro de Ensino com maior número de alunos matriculados em 2015, 6.173 alunos, seguido do Centro Socioeconômico, com 3.533 alunos.

Embora a Universidade tenha ampliado a quantidade de cursos oferecidos, e consequentemente a quantidade de vagas nos cursos de graduação (de 3.920 vagas em 2006 para 6.631 vagas em 2015), esse comportamento não é observado na quantidade de alunos formados pela Instituição. Em 2015, a UFSC formou 2.791 alunos, enquanto em 2006 esse número era de 2.819 alunos formados.

A maior quantidade de alunos formados em 2015 é observada no Centro Tecnológico, com 593 formandos. Em seguida, o Centro Socioeconômico apresenta 489 alunos formando no mesmo período.

Entretanto, o melhor índice de formatura em relação às vagas oferecidas é do Centro de Ciências Jurídicas com 84,89% de alunos formados em 2015. Em seguida, destaca-se o alto rendimento do Centro de Ciências da Saúde com 70,39% de alunos formados no mesmo ano.

O Centro Tecnológico de Joinville e o Centro de Araranguá apresentam os índices mais baixos de formatura, com, respectivamente, 15,75% e 17% de alunos formados em 2015.

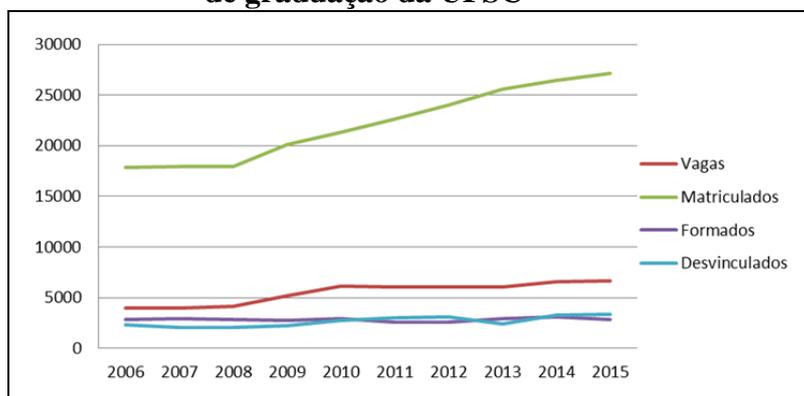
O índice geral de alunos formados em 2015 na Universidade Federal de Santa Catarina foi de 49,10%. Para esse cálculo desconsiderou-se as vagas do Centro de Blumenau, os cursos

iniciados em 2014 e o curso de Medicina Veterinária, que não possui tempo suficiente para a conclusão da 1ª turma. Assim, dos 14 Centros de Ensino (desconsiderando o Centro de Blumenau) da UFSC, 08 Centros de Ensino têm índice de formatura abaixo da média geral.

O curso com melhor índice de formatura é o de Medicina com 99% de alunos formados em 2015, seguido pelo curso de Odontologia com 83% de alunos formados no respectivo ano. O curso de Direito é o maior em números absolutos de alunos formados, com 151 formandos em 2015, seguido pelo curso de Administração, com 144 alunos formados nesse ano.

No gráfico 4 é apresentada essa variação ao longo dos anos das vagas oferecidas, alunos matriculados, formados e desvinculados dos cursos de graduação da UFSC.

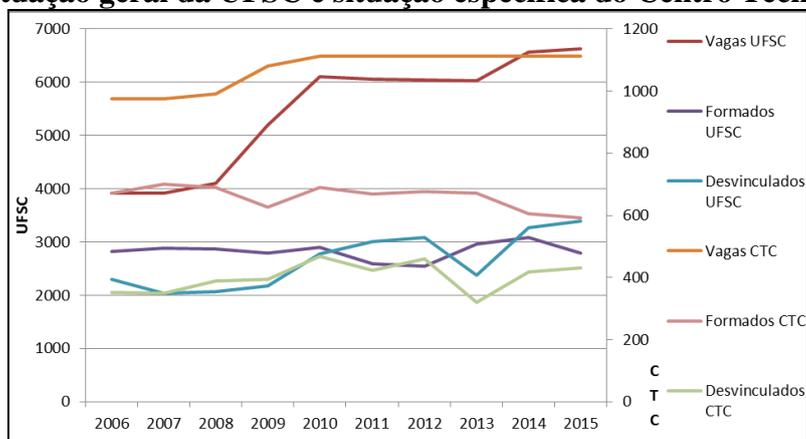
Gráfico 4 – Vagas oferecidas, alunos matriculados, formados e desvinculados dos cursos de graduação da UFSC



Fonte: Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa

No ano de 2015 o índice de alunos desvinculados foi de 12,47% em relação à quantidade de vagas oferecidas. Observa-se uma pequena variação da quantidade de alunos desvinculados em relação ao ano de 2006, que foi de 12,94%. O Centro de Ensino que apresenta o menor índice de alunos desvinculados em 2015 é Centro de Ciências Jurídicas com 2,12%. Já o Centro de Ciências Físicas e Matemáticas destaca-se com 33,22%, o maior índice, no mesmo período. No gráfico 5 são apresentados os dados da situação geral da UFSC e situação específica do Centro Tecnológico.

Gráfico 5 - Situação geral da UFSC e situação específica do Centro Tecnológico



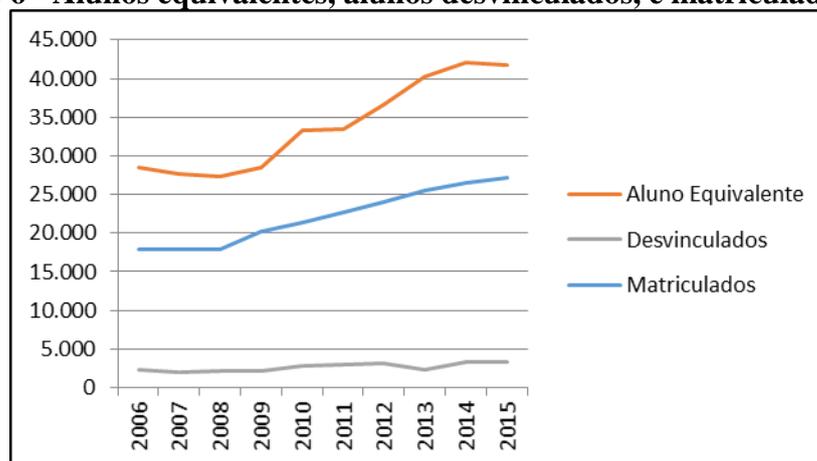
Fonte: Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa

Quando comparamos a UFSC com o Centro Tecnológico (CTC), no gráfico 5, podemos constatar que UFSC teve um acentuado aumento nas vagas oferecidas. No entanto,

no CTC houve uma pequena elevação. Em relação ao número de formados, é possível constatar no gráfico 5 que a UFSC mantém o número de formado de 2006 e o Centro Tecnológico teve uma pequena queda neste período. Em relação a alunos desvinculados, é possível observar que ambos apresentam elevação no número de alunos desvinculados.

O Ministério da Educação utiliza o conceito de Aluno Equivalente. O aluno equivalente é o principal indicador utilizado para fins de análise dos custos de manutenção das Instituições Federais de Educação Superior - IFES, nas rubricas referentes ao orçamento de custeio e capital (OCC) (MEC, 2005). No gráfico 6, consta a variação ao longo dos anos, em relação ao número de alunos equivalentes, desvinculados, e matriculados.

Gráfico 6 - Alunos equivalentes, alunos desvinculados, e matriculados



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa

No gráfico 6 é possível constatar a influência dos alunos matriculados na composição do Aluno Equivalente, e a linha dos alunos desvinculados no mesmo período. Esse panorama representa perdas no indicador Aluno Equivalente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo analisar os gastos efetuados pelos Centros da UFSC, buscar a correlação entre eles e sugerir uma forma de reduzir tais gastos. Dentre os principais achados da pesquisa, consta o elevado gasto com aluguel que a instituição sofre por causa dos quatro *Campi* externos a Florianópolis. Seria recomendável para Universidade arcar com um investimento um pouco maior, construindo ou efetuando a campo de um espaço para esses centros de ensino. Afinal, os valores de aluguel deles causam um impacto de 40% das despesas totais de cada Centro, o que representa um custo muito alto mensalmente. Então, um investimento que no longo prazo reduza esse gasto é muito interessante.

A análise dos coeficientes de correlação demonstrou que a Universidade trabalha bem a quantidade de funcionário/aluno e a quantidade de material/aluno de cada Centro.

Com base no conceito de custo corrente por aluno, são considerados os seguintes fatos: a) Total de Vagas oferecidas 179.506 – vagas ocupadas 121.086 = 58.420 vagas ociosas; b) No ano de 2015 o custo corrente por aluno equivalente calculado foi de R\$ 19.656,46.

Também se destacam as seguintes suposições: a) Suposição 1 - Ensino, Pesquisa e Extensão recebem, em média, o mesmo valor. Então, para Ensino ter-se-ia o valor R\$ 6.552,15; b) Suposição 2 - Um aluno, em média, cursa 12 disciplinas ao ano. c) Suposição 3 - Custo disciplina/ano R\$ 6.552,15/12 = R\$ 546,01

Decorrente das suposições e fatos acima descritos, a UFSC, de acordo com dados de 2015, apresenta o seguinte custo para as Vagas sem ocupação:

$$\text{Custo para as vagas sem ocupação} = 58.420 \times \text{R\$ } 546,01 = \text{R\$ } 31.898.066,48$$

No Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, em seu item de orçamento e finanças é apresentada a previsão orçamentária até o ano de 2019. Entretanto, essas previsões ficam na dependência da política econômica do Governo Federal.

Como sugestões de melhorias para o PDI, constam as seguintes: a) melhor distribuição das vagas das disciplinas para eliminar o grande número de vagas ociosas; b) adequar a carga horária dos cursos à carga horária do MEC; c) alterar a hora-aula para 60 minutos.

REFERÊNCIAS

- CHARLES, Christophe e VERGER, Jacques. **História das Universidades**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, v. 1, n. 24, 2003.
- CHIAVENATO, I. **Administração nos novos tempos**. 2. 14d. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- COLOMBO, Sonia Simões. **Desafios da gestão universitária contemporânea**, Artmed: Porto Alegre, 2011.
- COSTA, E. A. **Gestão Estratégica: da empresa que temos para a empresa que queremos**. 2ª. 14d. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade crítica: o ensino superior na República Populista**. São Paulo: Unesp, 2007.
- DAFT, R. L. **Administração**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.
- DRUCKER, P. **Introdução à administração**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.
- FLACH, Leonardo. **Contabilometria**. 1ª. Ed. Florianópolis: UFSC, 2011.
- JUNCKES, Elci Terezinha de Souza. **Política de capacitação dos servidores técnico-administrativos em educação da UFSC**. Dissertação de mestrado, Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/157405>>. Acesso em 15 de janeiro de 2016.
- LUZ, Sergio Roberto Pinto da. **Plano de desenvolvimento institucional – PDI como ferramenta de gestão para os cursos de graduação da universidade federal de Santa Catarina**. 2016. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- MAGALHÃES, F. A. C.; ANDRADE, J. X. Exame Vestibular, características demográficas e desempenho na Universidade: em busca de fatores preditivos. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2006.
- MEC. Ministério da Educação. Ministério da Educação. **Resolução CES nº 1, de 27 de janeiro de 1999**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0199.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2014.
- MELO, P. A.; MELO, M. B.; NUNES, R. S. **Políticas de Expansão e Interiorização da Educação Superior no Brasil**, v. 11, n. 24, 2009.
- ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 9. 14a. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.
- ROSSATO, Ricardo. **Universidade: nove séculos de história**. 2ª. ed. Passo Fundo: UPF, 2005.
- SANTOS B. S., ALMEIDA FILHO, N. **A Universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: Almedina, 2008.

SCHLEMPER JUNIOR, Bruno Rodolfo. **Universidade e sociedade**. In: VAHL, Teodoro Rogério; MEYER JR., Victor; FINGER, Almeri Paulo (Orgs.). **Desafios da administração universitária**. Florianópolis: UFSC, 1989. P. 70-77.

UFSC, **Relatório de Gestão 2015**. Disponível em: <<http://dpgi.seplan.ufsc.br/boletim-dados/>>. Acesso em 25 de julho de 2017.